

**Lista nominativa de integração das carreiras subsistentes e não revistas na Tabela Remuneratória Única (TRU)**  
(Artigo 5.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro)


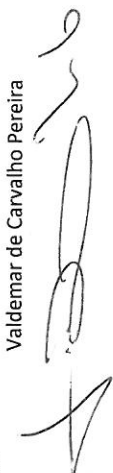
**Nota informativa**

Lista nominativa de transição para a Tabela Remuneratória Única (TRU) aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, dos trabalhadores integrados nas carreiras e categorias não revistas ou subsistentes nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e posteriores alterações, que se anexa, elaborada nos termos e para os efeitos estipulados no artigo 5.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, de acordo com os critérios a seguir descritos: A integração na TRU é efetuada para o nível remuneratório correspondente ao exato valor pecuniário detido atualmente pelo trabalhador, com produção de efeitos a partir de 13 de setembro de 2014. Inexistindo correspondência de valores entre o índice detido e o nível remuneratório na TRU, é criado automaticamente um nível intermédio correspondente àquele montante. Não tendo sido publicado diploma legal que proceda à revisão das carreiras e categorias não revistas e subsistentes, as mesmas mantêm-se em vigor, não obstante a integração na TRU.

Situação anterior						Nova situação				
Situação anterior	Categoria	Situação/Vínculo *	Escalão	Índice	Rem. Base	Situação/Vínculo	Carreira	Categoria	Nível Remuneratório	Rem. Base
Especialista de Informática	Espec. Inform. Grau 3 Nível 1	Nomeação Definitiva	1	580	€ 1.991,05	CTFP tempo indeterminado (CGA)	Especialista de Informática	Espec. Inform. Grau 3 Nível 1	Entre 30 e 31	€ 1.991,05
Coordenadora/Fiscalização	Coordenadora/Fiscalização	Nomeação Definitiva	1	360	€ 1.235,83	CTFP tempo indeterminado (CGA)	Coordenadora/Fiscalização	Coordenadora/Fiscalização	Entre 15 e 16	€ 1.235,81
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal Especialista Principal	Nomeação Definitiva	1	316	€ 1.084,76	CTFP tempo indeterminado (CGA)	Fiscal Municipal	Fiscal Municipal Especialista Principal	Entre 12 e 13	€ 1.084,76

\* Regime de nomeação até 31 de dezembro de 2008, tendo transitado, a partir de 1 de janeiro de 2009, para o regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e posteriores alterações (LVCR). Mantém o anterior regime da cessação da relação jurídica de emprego público e regime de proteção social (n.º 4 do artigo 88.º e n.º 2 do artigo 114.º da LVCR)

Tarouca, 23 de dezembro 2014

  
 O Presidente da Câmara Municipal,  
  
  
 Valdemar de Carvalho Pereira